

## EXTENSÃO DA EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FILANTRÓPICAS

*EXTENSION OF SOCIAL RESPONSIBILITY DISCLOSURE OF PHILANTHROPIC HIGHER  
EDUCATION INSTITUTIONS*

***Francieli Grigolo Jornada***

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, RS, Brasil. E-mail:  
francieli\_jornada@hotmail.com

***Rosane Maria Seibert***

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, RS, Brasil. E-mail:  
rseibert@san.uri.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9477-9948>

***Raiziane Cássia Freire da Silva***

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, RS, Brasil. E-mail:  
raifreire@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5072-5056>

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v1i3.49>

Recebido em: 11.11.2020

Aceito em: 20.12.2020

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo identificar a extensão da evidenciação voluntária de informações de responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas (IESFs) do Brasil, em suas páginas de Internet. O estudo foi feito a partir de uma lista de 80 indicadores previamente definidos, considerando o interesse dos *stakeholders* das IESFs. Foram observadas as páginas eletrônicas de Internet de 174 IESFs, definindo-se assim o índice de evidenciação de cada IESF. Os resultados indicam que na média as IESFs evidenciam apenas 25,29% dos indicadores, ou seja, em torno de 20 indicadores. A IESF que mais evidencia atingiu um índice de 51,25%, 41 indicadores e a que menos evidencia ficou com um índice de 5,00%, 4 indicadores. O desvio padrão foi de 10,00% demonstrando uma variação significativa na extensão de evidenciação das IESFs. Assim, confirma-se que as IESFs evidenciam poucas informações do interesse de seus *stakeholders* em suas páginas de Internet. Futuras pesquisas podem abranger outras IESFs que passaram a ter página de Internet, estruturada após a seleção dessa amostra. Por fim, esta pesquisa contribui com o conhecimento teórico e empírico sobre a evidenciação de responsabilidade social das IESFs e com os órgãos reguladores e fiscalizadores sobre evidenciação, que poderão estabelecer políticas de evidenciação para esse tipo de organização.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social. Indicadores de Evidenciação. Teoria da Legitimidade. Teoria dos Custos Políticos. Evidenciação Discricionária.



**Abstract:** This article aims to identify the extent of voluntary disclosure of social responsibility information from Brazilian Philanthropic Higher Education Institutions (PHEI) on their Internet pages. The study was based on a list of 80 indicators previously defined, considering the interest of the PHEI stakeholders. The Internet pages of 174 PHEIs were observed, thus defining the disclosure index of each PHEI. The results point that, on average, the PHEIs show only 25.29% of the indicators, that is, around 20 indicators. The PHEI which most evidence has reached an index of 51.25%, 41 indicators and the one which less evidence has achieved an index of 5.00%, 4 indicators. The standard deviation was 10.00%, what indicates a significant variation in the extent of disclosure of the PHEIs. Thus, it is confirmed that the IESFs evidence little information of their stakeholders interest on their Internet pages. Future researches may include other PHEIs which have structured an Internet page, after the selection of this sample. Finally, this research contributes with the theoretical and empirical knowledge about the disclosure of social responsibility of IESFs and with the regulatory and supervisory bodies on disclosure, which may establish disclosure policies for this type of organization.

**Keywords:** Social Responsibility. Disclosure Indicators. Legitimacy Theory. Theory of Political Costs. Discretionary Disclosure.

## 1 Introdução

As organizações com fins não lucrativos (OCFNEs) se configuram como uma parte considerável e crescente da atividade econômica mundial (HOFMANN; MCSWAIN, 2013; WIGGILL, 2014). A necessidade de preencher os serviços que os governos não desejam ou são incapazes de fornecer levou ao aumento delas, em número e poder (ZAINON; ATAN; WAH, 2014). Em 2018, o Brasil possuía mais de 780 mil organizações (MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, s.d).

As Instituições de Ensino Superior Filantrópicas (IESFs) são OCFNEs que, por um lado, atendem as necessidades da sociedade no que se refere aos serviços educacionais e, por outro lado, detêm imunidade tributária (BRASIL, 1988; 2013). Por essa e outras características próprias das OCFNEs, é crescente a exigência por transparência e prestação de contas da responsabilidade social dessas organizações.

O conceito de Responsabilidade Social considera os impactos que as atividades da organização causam na sociedade em que está inserida e, por isso, elas precisam tomar decisões e agir de forma socialmente sustentável. Responsabilidade Social é um comportamento que os públicos alegam ser esperado pela sociedade ou moralmente necessário e, portanto, justificadamente exigido das organizações (CARROLL, 1979; WHETTEN; RANDS; GODFREY, 2002, WOOD, 1991).

Desde os escândalos do início deste século (HOFMANN; MCSWAIN, 2013), às práticas de evidenciação vêm sendo estimuladas pela governança como uma ferramenta de transparência e prestação de contas das ações socialmente responsáveis da organização, minimizando a assimetria da informação e seus custos, bem como, conquistando ou restaurando a confiança dos seus *stakeholders* (CORMIER; MAGNAN, 2015; GAZZOLA; RATTI; AMELIO, 2017; GISBERT; NAVALLAS; ROMERO, 2014; MICHELON, 2011; MOMIN; PARKER, 2013; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; THIEMANN et al., 2018).

Conforme preconiza a Teoria da Legitimidade, evidenciar proporciona aos *stakeholders* (PARMAR et al., 2010) a percepção de conformidade na atuação das organizações com relação às

normas, aos valores, aos limites, as regras e as expectativas da sociedade onde atuam (ADELOPO et al., 2012), diminuindo a assimetria informacional. Considerando os pressupostos da Teoria dos Custos Políticos, a evidenciação minimiza os efeitos desses custos às organizações (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; 1990). De outra parte, a Evidenciação Discricionária pressupõe que evidenciar acarreta custos econômicos, financeiros e estratégicos que levam as organizações a gerenciar a evidenciação voluntária de informações, com o intuito de atingir um equilíbrio entre os custos e os benefícios de evidenciar (DYE, 1986; VERRECCHIA, 2001).

Assim, considerando-se os desafios gerenciais para determinar a extensão da evidenciação que minimize a assimetria da informação e os efeitos dela; demonstre a conduta socialmente responsável da organização; obtenha bom relacionamento com os seus *stakeholders* para reduzir a pressão social (pública e política); reduza possíveis perdas de vantagem competitiva e os custos da evidenciação organizacional, levantou-se a seguinte questão de pesquisa: qual é a extensão da evidenciação voluntária da responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas, em suas páginas de Internet? Desse modo, este artigo tem o objetivo de identificar a extensão da evidenciação voluntária de informações representativas de responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas – IESF, nas suas páginas de Internet.

Vale destacar que embora o tema evidenciação vem sendo estudado há mais de 50 anos (CORE 2001; HEALY; PALEPU, 2001; MACAGNAN, 2007), a revisão de literatura possibilitou identificar um reduzido número de estudos sobre evidenciação de informações de OCFNEs (BARONE; RANAMAGAR; SOLOMON, 2013; BURGER; OWENS, 2010; CONTRAFATTO, 2014; DANASTAS; GADENNE, 2006; HOFMANN; MCSWAIN, 2013; GAZZOLA; RATTI; AMELIO, 2017; MOMIN; PARKER, 2013; PATRUT; CMECIU; MIRON, 2011; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; 2019; THIEMANN et al., 2018), especialmente as IESFs, o que indica uma lacuna na literatura sobre evidenciação para esse tipo de organização (LAMBELL et al.; 2008) e justifica a realização desta pesquisa.

A relevância desta pesquisa está na contribuição com a identificação das fronteiras e dos pontos comuns entre as teorias da legitimidade, dos custos políticos e da evidenciação discricionária, ou seja, definir onde elas são exclusivas e onde são comuns para identificar a extensão da evidenciação. Ainda, contribui para a compreensão da extensão da evidenciação de informações sobre responsabilidade social em um canal informal de divulgação, para os diferentes públicos de interesse das IESFs. Os resultados também contribuem para estabelecer políticas de evidenciação para as instituições reguladoras das IESFs, os governos e os gestores desse tipo de organização, oportunizando a melhoria na eficiência da governança (BARONE; RANAMAGAR; SOLOMON, 2013; BURGER; OWENS, 2010).

Este artigo apresenta, na sequência, a revisão da literatura, os procedimentos metodológicos, os resultados atingidos e a discussão com a literatura revisada, as considerações finais e as referências utilizadas.

## 2 Revisão da literatura

A responsabilidade social engloba as expectativas econômicas, legais, éticas, sociais e ambientais que a sociedade possui relacionadas à atuação da organização. Também envolve outras questões relativas aos públicos de interesse, as estratégias, a filantropia, aos produtos e serviços,

entre outras (CARROLL, 1979; DAHLSTRUD, 2008; DUSUKI & YUSOF, 2008; WOOD, 1991). Em se tratando de OCFNEs, a conduta socialmente responsável é uma obrigação da organização visto sua função social em favor da comunidade em que está inserida (GAZZOLA; RATTI; AMELIO, 2017).

Na anseia pela conduta socialmente responsável das OCFNEs, os *stakeholders* se interessam e monitoram as operações organizacionais delas (GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINACUSTODIO, 2016, KILIÇ, 2016). Por isso, além de se comprometer com a responsabilidade social, as organizações devem evidenciar suas ações socialmente responsáveis para que seus *stakeholders* possam percebê-las e reconhecê-las como tal, reduzindo a assimetria de informações que podem levá-las a perdas decorrente do não cumprimento das expectativas de seus *stakeholders* (SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

A assimetria da informação vem sendo objeto de pesquisa há algum tempo. Arrow (1963) já discutia o valor da informação para os cuidados com a saúde e Akerlof (1970) abordava o valor da informação nas relações comerciais. A presença da assimetria da informação nas relações entre as organizações e a sociedade diminui a credibilidade e a confiança na consonância da atuação organizacional com os valores sociais (BARONE; RANAMAGAR; SOLOMON, 2013; BURGER; OWENS, 2010; DANASTAS; GADENNE, 2006). Considerando que a assimetria informacional é uma premissa nas relações contratuais, é preciso minimizar os seus efeitos, reduzindo a possibilidade de seleção adversa e de risco moral nas relações (AKERLOF, 1970).

Também se faz necessário reduzir a pressão social (política e pública) que leva a um constante monitoramento sobre as organizações, por parte da sociedade, na busca pela percepção do cumprimento do contrato social assumido e do retorno social esperado (HOFMANN; MCSWAIN, 2013; YODER; ADDY; MCALLISTER, 2011). Em outras palavras, há uma demanda social por prestação de contas (BURGER; OWENS, 2010), que precisa ser atendida pelas organizações.

A evidenciação é um mecanismo de transparência e prestação de contas da responsabilidade social das OCFNEs que, por sua vez, contribui para redução da assimetria informacional e para a conquista ou garantia da legitimidade advinda da confiança e apoio dos seus *stakeholders* (CORMIER; MAGNAN, 2015; GAZZOLA; RATTI; AMELIO, 2017; GISBERT; NAVALLAS; ROMERO, 2014; MICHELON, 2011; MOMIN; PARKER, 2013; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; THIEMANN et al., 2018). A eficiência desse mecanismo perpassa pela gestão da evidenciação, que deve levar em conta o que, para quem e como evidenciar (CORMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN; CARROLL, 1993; DEEGAN, 2002; DYE, 1986; LINDBLOM, 1994; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002).

A pressão social exercida por diferentes públicos de interesse tem sido considerada um dos principais fatores da extensão da evidenciação voluntária de informações (DEEGAN; CARROLL, 1993). O objetivo da evidenciação seria não só antecipar, como também reduzir e/ou evitar a pressão social e regulamentações que viriam devido às pressões sofridas (MOMIN; PARKER, 2013; PATTEN; TROMPETER, 2003). Já a Teoria da Legitimidade é comumente usada para fundamentar a importância da evidenciação das informações aos *stakeholders* (CORMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

A Teoria da Legitimidade pressupõe que as organizações estabelecem um contrato com a sociedade onde encontram-se inseridas. Nessa relação há expectativas de como as partes devem

se comportar. Logo, a organização é considerada legítima quando cumprir com tais expectativas e houver os retornos sociais (DEEGAN, 2002; LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995). A perda da legitimidade acarreta o rompimento do contrato social e, conseqüentemente, penalidades de cunho social, econômicos e legais (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

Na medida que as OCFNEs pactuam um contrato com a sociedade, elas evidenciam informações de responsabilidade social com vistas a legitimar-se ou manterem sua legitimação e evitar os malefícios da perda (LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995), bem como, para melhorar a sua reputação (MICHELON 2011). São os *stakeholders* que legitimam, melhoram a reputação e dão sustentabilidade para a continuidade das organizações nas comunidades, assim como, podem contribuir para a manutenção dos benefícios fiscais conquistados (LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995).

Considerando a Teoria dos Custos Políticos, a evidenciação das informações de responsabilidade social pode levar à regulação orientada para o decréscimo de impostos, quando for o caso, e obtenção de vantagens como: subsídios, benefícios fiscais e ações governamentais favoráveis às OCFNEs, estabelecida por medidas políticas de governos (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; 1990). No caso das IESFs, que detêm imunidade tributária, a evidenciação demonstraria sua conformidade e merecimento do benefício fiscal obtido (SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

De acordo com a Teoria da Evidenciação Discricionária os custos da evidenciação, dentre eles o estratégico e o da publicação, determinam o montante de informações evidenciadas (DYE, 1986; VERRECCHIA, 2001; WAGENHOFER, 1990). O principal custo é o estratégico originado da possibilidade de perda de vantagem competitiva, a qual ocorre por meio da revelação de informações relevantes aos resultados econômicos, financeiros e à sobrevivência organizacional, que funciona como um alerta à concorrência, demonstrando espaço no mercado de atuação (DYE, 1986; GISBERT; NAVALLAS; ROMERO, 2014; PRENCIPE, 2004; WAGENHOFER, 1990).

Quanto ao custo gerado para publicar as informações, as páginas eletrônicas da Internet apresentam-se com uma alternativa positiva à disposição das organizações. É uma ferramenta que, além de possibilitar o fácil acesso a informação e alcançar um público maior do que os meios de divulgação tradicionais, o custo para criar e mantê-la atualizada é baixo (DANASTAS; GADENNE, 2006; GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINA-CUSTÓDIO, 2016; KILIÇ, 2016; SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

Em suma, a evidenciação de informações de responsabilidade social aos diversos públicos de interesse das organizações, altera seus resultados econômicos, financeiros, políticos e sociais (BURGER; OWENS, 2010; HAHN; KÜNEN, 2013; KANSAL; JOSHI; BATRA, 2014; LINDBLOM, 1994; MICHELON, 2011). Ela é motivada, principalmente, pela vontade organizacional de minimizar os custos políticos, conquistar legitimidade, melhorar a reputação e as relações com os diversos públicos de interesse.

Deve-se reconhecer que a evidenciação tem custos que se não gerenciados adequadamente trariam perdas de valor às organizações. Nesse contexto, há que se considerar que as teorias recomendam caminhos alternativos para a gestão da evidenciação das organizações (CORMIER; MAGNAN, 2015; DYE, 1986; LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995; VERRECCHIA, 2001; WATTS; ZIMMERMAN, 1978; 1990).

### 3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa aplicada descritiva consistiu em identificar a extensão da evidência da responsabilidade social das IESFs, em suas páginas de Internet, definindo-se os índices de evidência de cada uma delas. Para a criação desses índices foi utilizada a relação de 80 indicadores criada nos estudos de Seibert e Macagnan (2017) e Seibert et al. (2019).

O universo da pesquisa foram as associações e as fundações constituídas como OCFNEs que mantêm, dentre as suas mantidas, Instituições de Ensino Superior - IESs. Para compor a amostra foram selecionadas somente as IESFs que mantêm página eletrônica na Internet, o que resultou em 174 instituições, sendo: 50 universidades, 39 centros universitários e 85 faculdades.

As evidências foram levantadas por meio da observação não participante nas páginas de Internet das IESFs, ou seja, foi observado em cada uma das páginas de Internet se o indicador estava ou não evidenciado. Por meio de análise de conteúdo (VERGARA, 2015) se interpretou a evidência, atribuindo peso 1 para os indicadores evidenciados e peso 0 aos não evidenciados. Essas observações foram feitas no período de janeiro a maio de 2019. Na sequência foram somados os indicadores evidenciados, transformando-os em percentual de evidência, o que gerou o índice de evidência de responsabilidade social de cada uma das IESFs.

Outras informações sobre as IESFs foram coletadas junto às páginas de Internet do MEC (MEC, s. d.) para proceder a análise de correlação entre essas informações e a extensão da evidência das IESFs. Essas informações foram: se a IESF é ou não comunitária e ou confessional, o Índice Geral de Cursos (IGC), o Conceito Institucional (CI), o Conceito Institucional da Educação a Distância (CI-EAD), a idade e a região de localização das mantenedoras das IESFs. A coleta dessas informações ocorreu no período de maio e junho de 2019.

O software Microsoft Excel® foi utilizado para a elaboração das tabelas, pela facilidade de organização, segregações da amostra, aplicação de filtros e inclusão ou exclusão de indicadores. Também foi utilizado para as análises de estatística descritiva e de correlação entre a evidência dos indicadores e as demais informações observadas (YAMAMOTO, 2009; GUJARATI; PORTER, 2011; WOOLDRIDGE, 2014).

### 4 Resultados da pesquisa

Conforme tabela 1, as instituições com maior percentual de evidência são as universidades, apresentando um índice superior a 30,1%. As faculdades são as que menos evidenciam. A maioria delas apresenta um índice de evidência entre 10,1 a 20%.

Tabela 1: Índice de evidenciação das IESFs

Evidenciação	Univ	C Univ	Facul	Total
Até 10%	0	2	13	15
De 10,1 a 20%	1	3	41	45
De 20,1 a 30%	4	17	27	48
De 30,1 a 40%	39	16	4	59
De 40,1 a 50%	5	1		6
Acima de 50%	1			1
Total	50	39	85	174

Esses resultados indicam que quanto mais complexa for à estrutura da IESFs, maior é o índice de evidenciação, conforme observado em estudos anteriores (JI; LU; QU, 2015; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SEIBERT et al., 2019). A complexidade das universidades se constata a partir da legislação regulatória que prevê uma série de pré-requisitos para a obtenção da qualificação de universidade.

Além da evidenciação individual de cada IESF é importante observar outras informações de estatística descritiva, conforme se pode observar na tabela 2.

Tabela 2: Estatística descritiva da Evidenciação de Responsabilidade Social

Estatística Descritiva	
Média	25,29%
Desvio Padrão	10,04%
Mínimo	5,00%
Máximo	51,25%

Analisando os resultados apresentados na tabela 2 observa-se que a média de evidenciação das IESFs é baixa, representando apenas 25,29% dos indicadores previstos, ou seja, em torno de 20 dos 80 indicadores. A IESF que mais evidenciou atingiu um percentual de 51,25%, correspondendo a 41 indicadores. Observando a tabela 1 verifica-se que essa IESF é uma universidade. Por outro lado, também se constatou que aquelas que menos evidenciaram foram 3 faculdades, alcançando um índice de 5,00% que representa 4 indicadores. Esses resultados não se alteram dos já encontrados em outros estudos revisados (SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SEIBERT et al., 2019).

É importante salientar que, conforme os pressupostos das teorias consideradas para as análises, as IESFs estariam se legitimando, garantindo (LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995) e ou melhorando a sua reputação (MICHELON, 2011). Conseqüentemente, alterando para mais os seus resultados econômicos, financeiros, políticos e sociais (BURGER; OWENS, 2010; HAHN; KÜNEN, 2013; KANSAL; JOSHI; BATRA, 2014; LINDBLOM, 1994; MICHELON, 2011) se evidenciassem mais informações de responsabilidade social aos seus diversos públicos de interesse. Com mais evidenciação, as IESFs estariam reduzindo os seus custos políticos (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; 1990), e evitando ou reduzindo a pressão social por mais transparência e prestação de

contas das informações de responsabilidade social (HOFMANN; MCSWAIN, 2013; YODER; ADDY; MCALLISTER, 2011).

Por outro lado, menos evidenciação pode ser estratégico para as IESFs, no sentido de minimizar custos, principalmente estratégicos (DYE, 1986; VERRECCHIA, 2001). Logo, apenas a evidenciação discricionária explicaria os baixos índices de evidenciação identificados na amostra analisada. Ademais, percebe-se que as IESFs não estariam considerando os seus canais informais de comunicação, que representam um dos meios de comunicação de grande alcance e com menor custo (DANASTAS; GADENNE, 2006; GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINACUSTÓDIO, 2016; KILIÇ, 2016; SEIBERT; MACAGNAN, 2017) para melhorar a sua reputação e legitimação junto aos públicos de interesse.

Pela análise de correlação se constata que a maioria das variáveis não estão estatística e significativamente correlacionadas. Apenas a variável Universidade está estatística, positiva e significativamente correlacionada com a extensão da evidenciação observada, o que significa que quanto maior o índice da evidenciação é mais provável que se trate de uma universidade.

Encontrou-se significância estatística entre as variáveis comunitária e universidade, o que significa que a maioria das instituições são comunitárias e universidades. Também, se constatou a significância estatística na correlação negativa entre as variáveis que expressam as regiões sul e sudeste do Brasil. Isto é, se a IESF está numa região não está na outra. No entanto, essas regiões têm o maior número de IESFs da amostra, o que pode explicar a alta correlação entre elas e a menor correlação entre as demais regiões.

#### **4 Considerações finais**

O objetivo dessa pesquisa foi identificar a extensão da evidenciação voluntária de informações representativas de responsabilidade social das IESFs, em suas páginas de Internet. Para tanto, se procedeu uma pesquisa aplicada descritiva com observação não participante nas páginas de Internet de 174 IESFs. Se os indicadores estavam evidenciados, atribuiu-se peso 1, se não, peso 0. Isso resultou na criação de um índice de evidenciação para cada uma das IESFs.

Os resultados demonstraram que as IESFs evidenciam uma média de 25,29%, ou seja, em torno de 20 indicadores de informações de responsabilidade social. O menor índice foi de 5%, correspondendo a 4 indicadores, verificado em 3 faculdades. Individualmente, verificou-se que a IESF que mais evidenciou foi uma universidade, atingindo um índice de 51,25%, que corresponde a 41 indicadores. Os resultados também demonstram que as universidades evidenciam mais indicadores do que os centros universitários e do que as faculdades.

Conforme os índices de evidenciação encontrados e considerando os pressupostos teóricos balizadores, as IESFs podem estar mais preocupadas em minimizar custos estratégicos do que reduzir ou evitar os custos políticos, ou mesmo em garantir sua legitimação junto aos públicos de interesse, uma vez que não evidenciam a maioria das informações de responsabilidade social esperadas por esses públicos.

Destaca-se que a pesquisa se limitou a observar a evidenciação de responsabilidade social, por meio de 80 indicadores, nas páginas de Internet de 174 IESFs. Essas limitações oportunizam pesquisas futuras que podem abranger um número maior de IESFs, bem como, outros tipos de organizações com ou sem fins econômicos. Também oportunizam a observação de outros tipos

de canais de comunicação utilizados pelas organizações. Além disso, os indicadores identificados consideraram os interesses de um grupo de *stakeholders*, podendo futuras pesquisas observarem os interesses de outros grupos.

A pesquisa contribuiu com a interpretação dos pontos comuns entre as Teorias da Legitimidade, dos Custos Políticos e da Evidenciação Discricionária, definindo onde elas são exclusivas e onde são comuns para identificar a extensão da evidenciação. Contribui para a compreensão da extensão da evidenciação de informações sobre responsabilidade social em um canal informal de divulgação, para os diferentes públicos de interesse das IESFs. Os resultados também podem contribuir para estabelecer políticas de evidenciação das IESFs para os governos e para seus gestores, possibilitando a melhoria na eficiência da governança.

## Referências

- ADELOPO, I.; MOURE, R. C.; PRECIADO, L. V.; OBALOLA, M. Determinants of web-accessibility of corporate social responsibility communications. *Journal of Global Responsibility*, v.3, n. 2, p. 235-247, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1108/20412561211260539>
- AKERLOF, G. A. The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-214850-7.50022-X>
- ARROW, K. J. Uncertainty and the welfare economics of medical care. *The American Economic Review*, v. 53, n. 5, p. 941-973, 1963. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-214850-7.50028-0>
- BARONE, E.; RANAMAGAR, N.; SOLOMON, J. F. A Habermasian model of stakeholder (non)engagement and corporate (ir)responsibility reporting. *Accounting Forum*, n. 37, p. 163-181, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2012.12.001>
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*.1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acessado em 30 de mar. 2019
- BRASIL. *Lei nº 12.881*. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. Brasília: DOU, 2013.
- BURGER, R.; OWENS, T. Promoting Transparency in the NGO Sector: Examining the Availability and Reliability of Self-Reported Data. *World Development*, v. 38, n. 9, p. 1263–1277, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.12.018>
- CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of management review*, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979. DOI: 10.2307/257850.
- CONTRAFATTO, M. The institutionalization of social and environmental reporting: An Italian narrative. *Accounting, Organizations and Society*, n. 39, p. 1-19, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.002>
- CORE, J. E. A review of the empirical disclosure literature: discussion. *Journal of Accounting and Economics*, n. 31, p. 441–456, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00036-2](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00036-2)

- 
- CORMIER, D.; MAGNAN, M. The economic relevance of environmental disclosure and its impact on corporate legitimacy: an empirical investigation. *Business Strategy and the Environment*, v. 24, n. 6, p. 431-450, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.1829>
- DAHLSTRUD, A. How Corporate Social Responsibility is Defined: an Analysis of 37 Definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, n. 15, p. 1-13, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.132>
- DANANSTAS, L.; GADENNE, D. Social and environmental NGOs as users of corporate social disclosure. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, v. 8, n. 1, p. 85-102, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1142/S1464333206002323>
- DEEGAN, C.; CARROLL, G. An analysis of incentives for Australian firms to apply for reporting excellence awards. *Accounting and business Research*, v. 23, n. 91, p. 219-227, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.1993.9729881>
- DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures-a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>.
- DUSUKI, A. W.; YUSOF, T. F. M. T. M. The pyramid of corporate social responsibility model: Empirical evidence from Malaysian stakeholder perspective. *Malaysian Accounting Review*, v. 7, n. 2, p. 29-54, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.24191/mar.v7i2.267>
- DYE, R. A. Proprietary and nonproprietary disclosures. *The Journal of Business*, v. 59, n. 2, p. 331-366, 1986.
- GALLEGO-ÁLVAREZ, I; QUINA-CUSTODIO, I. A. Disclosure of corporate social responsibility information and explanatory factors. *Online Information Review*, v. 40, n. 2, p. 218-238, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-04-2015-0116>
- GAZZOLA, P.; RATTI, M.; AMELIO, S. CSR and sustainability report for nonprofit organizations: an Italian best practice. *Management Dynamics in the Knowledge Economy*, v.5, n.3, p.355-376, 2017. DOI 10.25019/MDKE/5.3.03
- GISBERT, A.; NAVALLAS, B.; ROMERO, D. Proprietary costs, governance and the segment disclosure decision. *Journal of Management and Governance*, n. 18, p. 733-763, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10997-012-9243-4>
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria Básica*. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- HAHN, R.; KÜHNEN, M. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of cleaner production*, v. 59, p. 5-21, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005>
- HEALY, P. M.; PAPELU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, n. 31, p. 405-440, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00018-0](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00018-0)
- HOFMANN, M. A.; MCSWAIN, D. Financial disclosure management in the nonprofit sector: A framework for past and future research. *Journal of Accounting Literature*, n. 32, p. 61-87, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2013.10.003>

- JI, X.; LU, W.; QU, W. Determinants and economic consequences of voluntary disclosure of internal control weaknesses in China. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2014.12.001>
- KANSAL, M.; JOSHI, M.; BATRA, G. S. Determinants of corporate social responsibility disclosures: Evidence from India. *Advances in Accounting*, v. 30, n. 1, p. 217-229, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2014.03.009>
- KILIÇ, M. Online corporate social responsibility (CSR) disclosure in the banking industry: Evidence from Turkey. *International Journal of Bank Marketing*, v. 34, n. 4, p. 550-569, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJBM-04-2015-0060>
- LAMBELL, R.; RAMIA, G.; NYLAND, C.; MICHELOTTI, M. NGOs and international business research: Progress, prospects and problems. *International Journal of Management Reviews*, v. 10, n. 1, p. 75-92, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2007.00218.x>
- LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. Paper Apresentado na *Critical Perspectives on Accounting Conference*. New York, NY- EUA, 1994.
- MACAGNAN, C. B. Condicionantes e Implicación de revelar Activos Intangibles. *Tesis Doctoral* para el Programa de Doctorado en Creación, Estrategia y Gestión de Empresas. Bellaterra - España, 2007.
- MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MOSC). *Total de OSC no Brasil, 2010 – 2018*. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Instituições de Ensino Superior no Brasil e Cursos Cadastrados*. s. d. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- MICHELON, G. Sustainability disclosure and reputation: A comparative study. *Corporate Reputation Review*, v. 14, n. 2, p. 79-96, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1057/crr.2011.10>
- MOMIN, M. A.; PARKER, L. D. Motivations for corporate social responsibility reporting by MNC subsidiaries in an emerging country: The case of Bangladesh. *The British Accounting Review*, n. 45, p. 1-14, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2013.06.007>
- OCDE - Organisation for Economic Co-Operation and Development. *Using the OECD Principles of Corporate Governance: A Boardroom perspective*. Paris: OECD Publications, 2008.
- O'DONOVAN, G. Environmental disclosure in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing, Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.
- PARMAR, B. L.; FREEMAN, R. E.; HARRISON, J. S.; WICKS, A. C.; PURNELL, L. & COLLE, S. Stakeholder theory: The state of the art. *The academy of management annals*, v. 4, n. 1, p. 403-445, 2010.
- PATRUT, M.; CMECIU, C.; MIRON, L. NGO annual reports as a device to frame education in Romanian public communication campaigns. *Public Relations Review*, n. 37, p. 432– 434, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2011.06.006>
- PATTEN, D. M.; TROMPETER, G. Corporate responses to political costs: an examination

- of the relation between environmental disclosure and earnings management. *Journal of Accounting and Public Policy*, n. 22, p. 83-94, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(02\)00087-X](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(02)00087-X)
- PRENCIPE, A. Proprietary costs and determinants of voluntary segment disclosure: evidence from Italian Listed Companies. *European Accounting Review*, v. 13, n. 2, p. 319-340, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/0963818042000204742>
- SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. B. Social responsibility disclosure determinants by philanthropic higher education institutions. *Meditari Accountancy Research*, v. 27, n. 2, p. 258-286, 2019. DOI:10.1108/MEDAR-04-2018-0328
- SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. B. *Responsabilidade social: A transparência das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas*. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017, 276 p.
- SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. *California Management Review*, v. 15, n. 4, p. 97-105, 1973.
- SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *Academy of Management review*, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- TAYLOR, G.; RICHARDSON, G.; TOWER, G.; HANCOCK, P. The determinants of reserves disclosure in the extractive industries: evidence from Australian firms. *Accounting and Finance*, n. 52, p. 373 - 402, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2011.00433.x>
- THIEMANN, I. R. M.; SILVA, M. M. da; SEIBERT, R. M.; SILVA, R. C. F. da. Responsabilidade social: indicadores para a evidenciação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior a partir da perspectiva dos discentes. *Revista de Gestão Estratégica de Organizações*, v. 6, n. 2, p. 96-112, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/gesto.v6i2.2826>
- VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. 6a ed.. São Paulo: Atlas, 2015
- VERRECCHIA, R. E. Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, n. 32, p. 97-180, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)
- WAGENHOFER, A. Voluntary disclosure with a strategic opponent. *Journal of Accounting and Economics*, n. 12, p. 341-363, 1990. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(90\)90020-5](https://doi.org/10.1016/0165-4101(90)90020-5)
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory: A ten year perspective. *The Accounting Review*, v. 65, n. 1, p. 131-156, 1990.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, v. 53, n. 1, p. 112-134, 1978.
- WHETTEN, D. A.; RANDS, G.; GODFREY, P. What Are the Responsibilities of Business to Society? Em *Handbook of Strategy and Management*, por Andrew Pettigrew, Howard Thomas e Richard Whittington, p. 373-408. London: Sage, 2002.
- WIGGIL, M. N. Donor relationship management practices in the South African non-profit sector. *Public Relations Review*, n. 40, p. 278-285, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j>

pubrev.2013.10.005

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. *Academy of management review*, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.1991.4279616>

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria: Uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

YAMAMOTO, R. K. *Estudo dirigido de estatística descritiva*. São Paulo: Erica, 2009.

YODER, T. R.; ADDY, N.; MCALLISTER, B. P. Tax-Motivated Increases in Qualifying Distributions by Private Foundations. *Journal of the American Taxation Association*, v. 33, n. 1, p. 79-108, 2011. DOI: <https://doi.org/10.2308/jata.2011.33.1.79>

ZAINON, S.; ATAN, R.; WAH, Y. Bee. An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. *Asian Review of Accounting*, v. 22, n. 1, p. 35-55, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/ARA-04-2013-0026>.